

Joaquim de Paiva Muniz

**CURSO BÁSICO DE
DIREITO ARBITRAL**
Teoria e Prática

3ª Edição
Revista e Atualizada

Curitiba
Juruá Editora
2015

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-5338-1

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Muniz, Joaquim de Paiva.

M966 Curso básico de direito arbitral: teoria e prática./ Joaquim
de Paiva Muniz./ 3ª edição./ Curitiba: Juruá, 2015.
344p.

1. Arbitragem e sentença. 2. Processo civil. I. Título.

CDD 347 (22.ed.)

CDU 347.9

0 274

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Capítulo 1 – ASPECTOS GERAIS	21
1.1 Conceito e Características	21
1.2 Histórico	24
1.2.1 Origens	24
1.2.2 Anteprojeto de Lei de Arbitragem	27
1.2.3 A Lei de Arbitragem de 1996	28
1.2.4 Constitucionalidade da Lei de Arbitragem de 1996	29
1.2.5 Eficácia da Lei de Arbitragem para contratos celebrados anteriormente	32
1.2.6 Código Civil de 2002	33
1.2.7 Novo Código de Processo Civil	33
1.2.8 Reforma da Lei de Arbitragem	35
1.2.9 Vetos à Reforma da Lei de Arbitragem	37
1.3 Natureza Jurídica da Arbitragem	38
Capítulo 2 – ARBITRABILIDADE	41
2.1 Arbitrabilidade	41
2.2 Arbitrabilidade Subjetiva	41
2.3 Arbitrabilidade Objetiva	43
2.4 Arbitrabilidade e Contratos de Agência e Representação Comercial	44
2.5 Arbitrabilidade e Direito do Trabalho	44
2.6 Arbitrabilidade, Direito Público e Entes Estatais	46
Capítulo 3 – LEI APLICÁVEL	59
3.1 A Possibilidade de Livre Escolha de Regras de Direito	59

3.1.1	Controvérsia sobre escolha de lei estrangeira em contratos domésticos.....	62
3.1.2	A questão da lei se aplica, se o contrato for silente.....	63
3.1.3	Contratos sem lei.....	64
3.2	A Ordem Pública e qual o seu Papel como Balizador da Liberdade de Escolha de Norma Material.....	64
3.3	Equidade.....	70
3.4	Princípios Gerais de Direito, Usos e Costumes, Regras Internacionais de Comércio e <i>Lex Mercatoria</i>	73
3.4.1	Princípios Gerais de Direito	74
3.4.2	Usos e costumes.....	75
3.4.3	Regras internacionais de comércio.....	77
3.4.4	<i>Lex Mercatoria</i>	78
Capítulo 4 – CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....		81
4.1	Espécies de Convenção de Arbitragem	81
4.2	Cláusula Compromissória	82
4.3	Cláusula Compromissória em Contratos de Consumidor.....	85
4.4	Arbitragem Institucional e Arbitragem <i>Ad Hoc</i>	88
4.5	Elementos da Convenção de Arbitragem.	91
4.5.1	Cláusulas compromissórias cheias, vazias e patológicas	91
4.6	Ação de Execução Específica de Cláusula Compromissória.....	93
4.7	Necessidade de Ação de Execução Específica, se a Cláusula Compromissória for Cheia	95
4.8	Autonomia da Cláusula Compromissória.....	97
4.9	Competência do Árbitro para Decidir Sobre a Existência, Validade ou Eficácia da Convenção de Arbitragem (Princípio da Competência-Competência)	97
4.10	Efeitos da Cessão e Sub-Rogação na Cláusula Compromissória	99
4.11	Efeitos de Cláusula Compromissória a não Signatários	100
4.12	Compromisso	102
4.13	Requisitos Obrigatórios do Compromisso.....	103
4.14	Requisitos Facultativos do Compromisso	104
4.15	Extinção do Compromisso	108
4.16	Efeitos da Insolvência na Convenção Arbitral	110

4.17 Cláusula Compromissória em Título Executivo Extrajudicial	113
Capítulo 5 – ÁRBITROS	115
5.1 Requisitos e Qualificação para ser Árbitro.....	115
5.2 Número de Árbitros.....	116
5.3 Procedimento de Escolha de Árbitro	117
5.4 Presidente, Coárbitros, Suplentes e Secretário	118
5.5 Honorários dos Árbitros	120
5.6 Deveres dos Árbitros	121
5.6.1 Imparcialidade e independência.....	121
5.6.2 Dever de revelação.....	127
5.6.3 Competência	129
5.6.4 Diligência.....	129
5.6.5 Discrição	129
5.7 Exceção de Incompetência	130
5.8 Substituição do Árbitro	132
5.9 Natureza da Função de Árbitro	133
5.10 Responsabilidade dos Árbitros	134
5.10.1 Responsabilidade penal.....	134
5.10.2 Responsabilidade civil	136
Capítulo 6 – PROCEDIMENTO ARBITRAL.....	137
6.1 Regras Procedimentais	137
6.2 Princípios Cogentes.....	139
6.2.1 Contraditório	139
6.2.2 Igualdade das partes.....	141
6.2.3 Imparcialidade e livre convencimento do árbitro.....	142
6.3 Confidencialidade.....	143
6.3.1 Confidencialidade e entes públicos.....	146
6.3.2 Confidencialidade e Financiamento de Terceiros	147
6.4 Representação das Partes.....	147
6.4.1 <i>IBA Guidelines on Parties Representations in International Arbitrations</i>	147
6.5 Fase Postulatória	149
6.5.1 Fases do processo.....	149

6.5.2	Requerimento de Arbitragem	150
6.5.3	Citação	151
6.5.4	Resposta ao requerimento	153
6.5.5	Revelia	154
6.5.6	Reconvenção	155
6.5.7	Aditivos à ação ou reconvenção.....	158
6.5.8	Inclusão de nova parte.....	158
6.5.9	Petições suplementares.....	160
6.6	Arbitragens Envolvendo Pluralidade de Partes	161
6.6.1	Litisconsórcio necessário	161
6.6.2	Litisconsórcio facultativo	163
6.6.3	Assistência e intervenções de terceiros	163
6.7	Consolidação de Arbitragens Conexas	166
6.7.1	Consolidação de ações em contratos relacionados.....	167
6.8	Instituição da Arbitragem.....	169
6.9	Arguição de Questões Relativas à Jurisdição ou aos Árbitros.....	170
6.10	O Princípio da “Competência-Competência” e as Liminares Antiarbitragem	172
6.11	Liminares Antiarbitragem	175
6.12	Termo de Arbitragem/Ata de Missão	177
6.13	Conciliação Obrigatória das Partes.....	180
6.14	Medidas Coercitivas e Tutelas de Urgência Durante a Arbitragem.....	181
6.14.1	Tutelas de urgência e medidas coercitivas antes da instituição da arbitragem	182
6.14.2	Tutela de urgência ou medida coercitiva após a instituição da arbitragem	184
6.14.3	Revisão pelo árbitro de tutela de urgência ou medida coercitiva proferida pelo Poder Judiciário	186
6.14.4	Foro para tutelas de urgência e medidas coercitivas	188
6.15	Decisões Interlocutórias	188
6.15.1	Mandado de Segurança contra decisão interlocutória	189
6.16	Julgamento Antecipado da Lide	191
6.17	Produção de Provas	192
6.17.1	Depoimento pessoal da parte e prova testemunhal.....	196

6.17.2	Exibição de documentos e <i>discovery</i>	198
6.17.3	Perícia	203
6.18	Audiência	205
6.18.1	Data da audiência	205
6.18.2	Local da audiência	206
6.18.3	Idioma da audiência	206
6.18.4	Convocação de representantes das partes e testemunhas para a audiência	207
6.18.5	Presença das partes e testemunhas na audiência	208
6.18.6	Procedimento da audiência	209
6.18.7	<i>Cross examination</i>	209
6.18.8	Ata e transcrição da audiência	210
6.18.9	Memoriais	211
6.19	Encerramento da Instrução	211
6.20	Repetição de prova em caso de substituição de árbitro	212
Capítulo 7 – SENTENÇA ARBITRAL		213
7.1	Sentença Arbitral	213
7.2	Prazo para Prolação da Sentença Arbitral	213
7.3	Requisitos Formais	215
7.4	Decisão Majoritária	218
7.5	Suspensão da Arbitragem para Decidir Questão Prejudicial não Arbitrável	219
7.6	Responsabilidade por Honorários e Custas	220
7.7	Sentença Homologatória de Transação	223
7.8	Cientificação das Partes	224
7.9	Efeitos da Sentença Arbitral	225
7.10	Embargos Arbitrais	228
7.11	Ação Anulatória	231
7.11.1	Vício da convenção arbitral	233
7.11.2	Incompetência ou falta de jurisdição do árbitro	233
7.11.3	Vícios formais da sentença arbitral	234
7.11.4	Sentença <i>extra petita</i> e <i>ultra petita</i>	235
7.11.5	Sentença <i>citra petita</i> e sentença parcial	236

7.11.6	Sentença proferida com prevaricação, concussão ou corrupção passiva	239
7.11.7	Sentença proferida fora do prazo	239
7.11.8	Desrespeito aos princípios do contraditório, da igualdade das partes, da imparcialidade dos árbitros e do seu livre convencimento	240
7.11.9	Procedimento para ação anulatória	241
7.12	Cumprimento e Impugnação de Sentença	243
Capítulo 8 – RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA		247
8.1	A Nacionalidade da Sentença Arbitral	247
8.2	Reconhecimento e Execução de Sentença Arbitral Estrangeira	249
8.3	A Convenção de Nova Iorque: Principal Regra Sobre Homologação de Sentença Arbitral Estrangeira	251
8.3.1	Suposta não obrigatoriedade da homologação em vista da Convenção de Nova Iorque	255
8.4	Hipóteses de Denegação de Reconhecimento	256
8.4.1	Incapacidade da parte	258
8.4.2	Invalidade da convenção de arbitragem	258
8.4.3	Ausência de citação e outras violações à ampla defesa	260
8.4.4	Sentença <i>extra</i> ou <i>ultra petita</i>	262
8.4.5	Nomeação de árbitros e condução do processo em desconformidade com a convenção de arbitragem	263
8.4.6	Sentença ainda não obrigatória, anulada ou suspensa	265
8.4.7	Sentença sobre matéria não arbitrável	267
8.4.8	Ofensa à ordem pública	268
8.4.8.1	Decisão não fundamentada	270
8.4.8.2	Citação da parte como questão de ordem pública	271
8.5	Procedimento de Homologação	273
REFERÊNCIAS		279
ANEXOS		287
ÍNDICE ALFABÉTICO		331